

**12/04/2018**

**PLENÁRIO**

**AG.REG. NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO  
FUNDAMENTAL 361 DISTRITO FEDERAL**

**RELATOR** : **MIN. MARCO AURÉLIO**  
**AGTE.(S)** : ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS -  
AMB  
**ADV.(A/S)** : ALEXANDRE PONTIERI

PROCESSO OBJETIVO – INTERVENÇÃO DE TERCEIRO –  
EXCEÇÃO. A intervenção de terceiro em processo objetivo encerra  
exceção, pressupondo quadro a revelar interesse potencializado.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do  
Supremo Tribunal Federal em desprover o agravo regimental na arguição  
de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do voto do  
relator e por maioria de votos, em sessão presidida pela Ministra Cármen  
Lúcia, na conformidade da ata do julgamento e das respectivas notas  
taquigráficas.

Brasília, 12 de abril de 2018.

**MINISTRO MARCO AURÉLIO – RELATOR**

**12/04/2018**

**PLENÁRIO**

**AG.REG. NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO  
FUNDAMENTAL 361 DISTRITO FEDERAL**

**RELATOR** : **MIN. MARCO AURÉLIO**  
**AGTE.(S)** : **ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS -**  
**AMB**  
**ADV.(A/S)** : **ALEXANDRE PONTIERI**

**RELATÓRIO**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Indeferi, em 1º de setembro de 2016, o pedido de ingresso, como terceira interessada, formulado pela Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, consignando:

**PROCESSO OBJETIVO –**  
**INTERVENÇÃO DE TERCEIRO –**  
**INADMISSIBILIDADE.**

1. O assessor Dr. Lucas Faber de Almeida Rosa prestou as seguintes informações:

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – Anamatra ajuizou arguição de descumprimento de preceito fundamental, buscando a declaração da não recepção, pela Emenda à Constituição nº 45/2015, dos artigos 149, inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, 405, § 2º, e 406, cabeça, da Consolidação das Leis do Trabalho. Consoante afirma, o mencionado ato de reforma constitucional atribuiu à Justiça do Trabalho a competência para processar e julgar todas as ações concernentes às relações laborais, incluindo as autorizações de trabalho de menor.

A Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB,

**ADPF 361 AGR / DF**

mediante peça subscrita por profissional da advocacia regularmente credenciado, requer o ingresso na qualidade de terceira. Diz ter legitimidade para atuar neste processo, considerado o propósito de aperfeiçoar e defender o funcionamento do Poder Judiciário. Reporta-se ao exame da medida cautelar na ação direta de inconstitucionalidade nº 1.127-8, relator o ministro Paulo Brossard, acórdão publicado no Diário da Justiça de 29 de junho de 2001, ocasião na qual o Pleno assentou não se limitar a matérias de interesse corporativo a legitimidade da intervenção. Pleiteia seja julgado improcedente o pedido veiculado pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho.

O processo está concluso no Gabinete.

2. Observem o fato de, em arguição de descumprimento de preceito fundamental, na qual interesses subjetivos são estranhos, caber apenas definir, de forma concentrada, a harmonia, ou não, do ato normativo abstrato com a Constituição Federal. No caso, não há premissa suficiente à participação da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, ausente propósito de defesa dos interesses dos associados.

3. Indefiro o pedido. Devolvam à requerente a documentação apresentada, inclusive a petição que retrata o pleito formalizado.

4. Publiquem.

A agravante insiste na existência de interesse a justificar a intervenção. Afirma a relevância da controvérsia constitucional em jogo, apontando o interesse dos magistrados no deslinde. Aduz ostentar histórico na defesa das garantias e prerrogativas da magistratura e dos associados. Alega restrição ao direito de defesa ante o indeferimento, por meio de decisão individual, de pedido de ingresso de terceiro em ação de

**ADPF 361 AGR / DF**

controle concentrado.

É o relatório.

12/04/2018

PLENÁRIO

**AG.REG. NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO  
FUNDAMENTAL 361 DISTRITO FEDERAL**

**V O T O**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Atendeu-se aos pressupostos de recorribilidade. A peça, subscrita por advogado devidamente credenciado, foi protocolada no prazo legal. Conheço.

A argumentação não merece prosperar. Inexiste premissa conducente a concluir-se pelo interesse da agravante em intervir neste processo objetivo, considerado o propósito de discutir regra de competência jurisdicional, cujo conteúdo não afeta diretamente os membros da magistratura.

Surge impróprio confundir os interesses da classe dos magistrados com as regras atinentes ao funcionamento da judicatura. O exercício do atividade que a agravante se propõe a cumprir, concernente à defesa dos direitos daqueles que congrega, não abrange o ingresso em processo objetivo relativo à competência de ramo do Judiciário.

Descabe articular com a alegada violação dos princípios da ampla defesa e do contraditório ante o indeferimento da pretensão. A par do permissivo contido na legislação processual e no Regimento Interno do Supremo, está-se diante de processo objetivo, no qual interesses notadamente subjetivos revelam-se impertinentes, não detendo a requerente a legitimidade universal.

Desprovejo o agravo.

12/04/2018

PLENÁRIO

**AG.REG. NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO  
FUNDAMENTAL 361 DISTRITO FEDERAL**

**VOTO**

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:**

Presidente, como se trata de caso em lista, pedirei vênia ao Relator. Dou provimento para admitir os interessados como **amicis curiae**. No primeiro caso, trata-se do Instituto Nacional de Seguro Social; no segundo, da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA), e, no terceiro, da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (ANFIP).

Entendo que são entidades com representatividade nacional e necessária. Nos casos em que essas entidades têm se apresentado em feitos de minha relatoria, as tenho admitido como **amicis curiae**.

**12/04/2018**

**PLENÁRIO**

**AG.REG. NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO  
FUNDAMENTAL 361 DISTRITO FEDERAL**

**VOTO**

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES - Senhora Presidente, acompanho o Ministro-Relator. Entendo - e sei que a questão não está plenamente definida - que o despacho do Relator, indeferindo, é irrecorrível.

12/04/2018

PLENÁRIO

AG.REG. NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO  
FUNDAMENTAL 361 DISTRITO FEDERAL

V O T O

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: *Preliminarmente, conheço do presente recurso de agravo, considerando, para tanto, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que admite a possibilidade de impugnação recursal, por parte de terceiro, quando recusada, como na espécie, a sua intervenção como “amicus curiae” (ADI 3.105-ED/DF, Rel. Min. CEZAR PELUSO – ADI 3.934-ED-segundos-AgR/DF, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, v.g.):*

*“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS POR ‘AMICUS CURIAE’. AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE. INTERPRETAÇÃO DO § 2º DA LEI N. 9.868/99.*

*1. A jurisprudência deste Supremo Tribunal é assente quanto ao não-cabimento de recursos interpostos por terceiros estranhos à relação processual nos processos objetivos de controle de constitucionalidade.*

*2. Exceção apenas para impugnar decisão de não-admissibilidade de sua intervenção nos autos.*

*3. Precedentes.*

*4. Embargos de declaração não conhecidos.”*

*(ADI 3.615-ED/PB, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA – grifei)*

*Vê-se, portanto, que o Plenário do Supremo Tribunal Federal entende cabível o recurso de agravo quando interposto contra decisão do Relator que não admite a intervenção formal de terceiro, como “amicus curiae”, no processo de controle normativo abstrato.*



**ADPF 361 AGR / DF**

**Esta Corte Suprema, na realidade, buscando viabilizar o acesso de terceiros com representatividade adequada e, assim, permitir a pluralização do debate constitucional, construiu entendimento jurisprudencial no sentido de submeter à revisão do Plenário do Supremo Tribunal Federal, mediante recurso de agravo, o ato decisório que nega a possibilidade de intervenção do “amicus curiae”.**

**O recurso em questão, unicamente cabível na hipótese de recusa da intervenção de terceiros como “amicus curiae”, qualifica-se, na vasta tipologia das espécies recursais, como recurso “secundum eventum litis”.**

**É por isso – insista-se – que esta Corte tem reconhecido legitimidade recursal ao terceiro quando não admitido, pelo Relator, como “amicus curiae” (ADI 3.105-ED/DF, Rel. Min. CEZAR PELUSO – ADI 3.615-ED/PB, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, *v.g.*).**

**Entendo essencial admitir, por todas essas razões, o controle recursal, pelo Plenário, da decisão do Relator que nega ao terceiro o ingresso como “amicus curiae”, especialmente se se considerar que o objetivo precípua da participação do colaborador da Corte consiste em pluralizar o debate constitucional e em conferir maior coeficiente de legitimidade democrática aos julgamentos do Supremo Tribunal Federal em sede de fiscalização abstrata de constitucionalidade.**

**Desse modo, e com apoio em tais fundamentos, conheço do presente recurso de agravo.**

**O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Vossa Excelência me permite?**

**O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Pois não.**

**ADPF 361 AGR / DF**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Estou assinalando o conhecimento e desprovendo o recurso.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: *Esse, também, é o meu entendimento, pois, embora conhecendo* do presente recurso de agravo, **nego-lhe** provimento.

**É o meu voto.**

**PLENÁRIO**

**EXTRATO DE ATA**

**AG.REG. NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 361**

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

**RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO**

AGTE.(S) : ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS - AMB

ADV.(A/S) : ALEXANDRE PONTIERI (0191828/SP)

**Decisão:** O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, negou provimento ao agravo regimental, vencidos os Ministros Dias Toffoli e Gilmar Mendes. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 12.4.2018.

Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli, Luiz Fux, Rosa Weber, Roberto Barroso, Edson Fachin e Alexandre de Moraes.

Vice-Procurador-Geral Eleitoral, Dr. Humberto Jacques de Medeiros.

p/ Doralúcia das Neves Santos  
Assessora-Chefe do Plenário